

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Gabriela Marcelino da Silva

Universidade Federal de Rondônia, UNIR/Campus de Ariquemes.

E-mail: marcelinogabriela2@gmail.com

Josué José de Carvalho Filho

Universidade Federal de Rondônia, UNIR/Campus de Ariquemes.

E-mail: carvalhofilho.josue@unir.br

Eixo I – Ensino à Distância: impactos do EaD na educação básica e superior, impactos para o ensino público e gratuito e para a formação e trabalho docente;

Resumo

Os impactos acarretados pela pandemia do coronavírus impuseram severas mudanças na rotina da população mundial. Diversas áreas foram atingidas por essas ações, entre elas, a Educação. Logo após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o COVID-19 como uma pandemia mundial, o Ministério da Educação (MEC) passou a definir protocolos para a prevenção ao contágio da COVID-19 nas escolas. O desafio central da educação brasileira passou a ser a adequação ao novo cenário imposto pela pandemia e a elaboração de novas estratégias de ensino-aprendizagem. Uma das medidas emergenciais tomadas foi a inserção do ensino remoto nas escolas, visando substituir as atividades de ensino presencial, que posteriormente foram substituídas pela modalidade híbrida, e com a contenção dos casos de covid-19, a retomada das atividades presenciais. O objetivo desta pesquisa foi analisar os impactos da pandemia covid-19 no processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental no Município de Ariquemes-RO, visando identificar os enfrentamentos na retomada no ensino presencial. A pesquisa originou-se mediante observação da realidade educacional do município no período de pandemia, realizada por meio de estágios obrigatórios, e da análise documental de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Ariquemes - RO. A partir da análise documental constatou-se que 88,88% das escolas relataram ter identificado defasagem na aprendizagem dos alunos, 5,55% apresentaram defasagem do quadro de professores e 33,33% pontuaram a falta de participação dos responsáveis na vida dos alunos. Portanto conclui-se que as medidas emergenciais adotadas durante o período de pandemia causam diversos impactos para a educação brasileira.

Palavras chave: Impactos da pandemia. Ensino-aprendizagem. Amazônia.

INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, inicialmente denominada *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2), também conhecida como COVID-19 (LIANG, 2020), se alastrou rapidamente por todo o mundo. Considerando o cenário global, o governo brasileiro decretou a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, incluindo medidas de enfrentamento a nova doença que se configurou como pandemia devido às grandes proporções de alcance mundial e número de mortes causadas (Presidência da República,

2020). Posteriormente, através da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, foi declarado estado de transmissão comunitária do novo coronavírus (Ministério da Saúde, 2020a, 2020b).

Os impactos negativos da pandemia do COVID-19 se manifestam não apenas em um problema epidemiológico, mas também geraram um efeito cascata de mudanças em uma série de atividades humanas frente às respostas de isolamento sociais, as quais foram implementadas para contenção dos casos de contaminação da doença.

Considerando as circunstâncias, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com a finalidade de redução dos níveis de contágio, foi orientado o encerramento das aulas e atividades presenciais em escolas e universidades, afetando mais de 90% do público discente global, tornando-se a maior interrupção da aprendizagem da história (UNESCO, 2020).

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar os impactos da pandemia covid-19 no processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental no Município de Ariquemes-RO, visando identificar os enfrentamentos na retomada no ensino presencial.

Com base no propósito central deste estudo, metodologicamente, a pesquisa foi norteado por uma revisão bibliográfica e análise documental dos relatórios circunstanciados (2021), solicitados junto ao Setor de Inspeção na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), de 18 escolas municipais pertencentes ao Município de Ariquemes- RO. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se ainda abordagens qualitativas, tendo como suporte teórico estudos em base de dados científicos tais como Scielo, Periódicos e Google Scholar.

Para atender ao objetivo do estudo, buscamos responder a seguinte questão norteadora: Quais os desafios, enfrentamentos e impactos decorrentes da pandemia covid-19 no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental?

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Os impactos acarretados pela pandemia do coronavírus impuseram severas mudanças na rotina da população mundial. Considerando o alastramento global e a rápida disseminação do novo coronavírus por todo o mundo, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o COVID-19 uma pandemia global, todas as Instituições de Ensino se viram obrigadas a interromper suas atividades presenciais e adequarem-se aos atendimentos remotos, readaptando todo seu processo educativo.

Em meio a essa realidade, o Ministério da Educação (MEC) por meio do Conselho Nacional da Educação (CNE), divulgou uma nota orientando sobre a necessidade da

suspensão das aulas presenciais, que todas as unidades escolares precisavam adaptar seu calendário e reorganizar a aprendizagem, responsabilizando autonomia aos Estados e Municípios, tendo como parâmetros os dispositivos legais (BRASIL, 2020).

Desse modo, o Conselho Municipal de Educação de Ariquemes regulamentou através da Resolução nº 02/CME/ARIQ./2020, de 15 de abril de 2020, normas para as escolas jurisdicionadas, nortearem a reorganização do calendário escolar, em caráter excepcional, enquanto houvesse necessidade de isolamento social por conta da pandemia do Novo Corona vírus - COVID -19.

No primeiro momento, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi a alternativa proposta pelos sistemas de ensino e tomou feições diferenciadas em cada rede de ensino. Subsequente a esse momento, já no ano de 2021, através do Decreto Nº 40.939 do Governo do Distrito Federal instaurou-se o sistema híbrido de educação, que consistia no revezamento de alunos nas aulas presenciais e complementação da carga horária de forma remota.

Através do Decreto Nº 24. 919 de 05/04/2020 (Governo do Estado de Rondônia) manteve-se a suspensão, até 25 de abril de 2020, das atividades educacionais e por meio de seu Art. 9º § 5º regulamentou que as Instituições de Ensino poderiam fazer uso de meios e tecnologias de informação e comunicação para a oferta de aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia, instaurando-se assim o Ensino Remoto.

Com o avanço da vacinação no Brasil e consequente imunização dos professores e agentes educacionais, bem como pela redução nos casos de COVID-19, conforme apresentado na Resolução N° 1.289/CEE/RO, de 09 de agosto de 2021, entrou em vigor à oferta de aula no formato híbrido nas escolas públicas estaduais, desde que fossem respeitados os protocolos sanitários e as várias medidas de proteção cabíveis, visando à segurança dos trabalhadores em educação, assim como dos estudantes.

Posteriormente, houve o retorno do ensino presencial, seguindo as orientações do Decreto Estadual N° 26.462, de 18 de outubro de 2021 (RONDÔNIA, 2021), que possibilitou o retorno de até 100% às aulas presenciais na rede estadual e municipal de ensino.

E apesar deste lapso temporal entre ensino remoto, híbrido até a retomada do ensino presencial, não se sabia ao certo os impactos no processo de ensino-aprendizagem decorrentes da pandemia covid-19.

OS PRIMEIROS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Considerando a necessidade de atendimento emergencial educacional por meio do ensino remoto (ERE), houve a evidenciação de déficits sociais, agravando ainda mais os problemas educacionais do sistema de ensino.

As desigualdades sociais, econômicas e a falta de acesso à internet e aos meios teconológicos, podem ter culminado em baixo desempenho de alunos, sobretudo os menos favorecidos economicamente, uma vez que:

As dificuldades encontradas em relação ao ERE perpassam pela falta de infraestrutura dos estudantes devido à falta de equipamentos adequados, assim como inúmeros fatores como a dificuldade de aprendizado, o déficit é maior proporcionalmente a vulnerabilidade social (LUZ, 2021, p. 4).

Nessa direção, considerando as dificuldades decorrentes da pandemia covid-19, apresentam-se a seguir os principais desafios e os enfrentamentos presentes nos relatórios das 18 escolas pertencentes à rede municipal de educação de Ariquemes.

RESULTADOS

Os resultados constataram que 88,8%, das escolas de ensino fundamental pertencentes ao município de Ariquemes - RO relataram ter identificado defasagem na aprendizagem dos alunos por meio de diagnóstico realizado no 2º semestre de 2021. 5,55% das escolas apontaram haver desfalcque do quadro de professores e 33,33% pontuaram a falta de participação dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos.

A troca do ambiente escolar presencial pelo virtual impactou especialmente para os alunos dos anos iniciais pertencentes à rede pública. Esse quadro também se evidenciou no levantamento realizado pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (SEDUC/SP), com estudantes do 5º ano do ensino fundamental, que apresentaram os piores índices - queda na aprendizagem, na comparação com resultados do SAEB (2009), no qual houve uma queda de 46 pontos em matemática e 29 em português.

Para que esses alunos recuperem a aprendizagem perdida e alcancem o mesmo patamar de 2019 (período antes da pandemia), os pesquisadores estimam que serão necessários 3 anos para português e 11 para matemática (MACHADO, 2021).

De acordo com dados da SEDUC-SP, divulgados em entrevista ao Jornal da Manhã da Jovem Pan, os prejuízos da pandemia para o setor foram catastróficos:

“Imagina a criança que, em 2019, estava no 3º ano do Ensino Fundamental. Fez um ano normal e, em 2020, foi para o 4º ano. Fizemos os esforços para que ela aprendesse algo e perdesse o mínimo possível, mas ela não conseguiu consolidar e não avançou em todos os conhecimentos. Ela avançou para o 5º ano sabendo menos do que em 2019” (SOARES, 2021).

Conforme os relatórios circunstanciados das escolas (ARIQUEMES, 2021), os resultados educacionais encontrados com o retorno presencial se diferem daqueles apresentados em período remoto, a hipótese apontada foi que, possivelmente, houveram intervenções de adultos para a elaboração de provas e atividades dos alunos.

Além do mais, ficou evidente que os discentes que não obtiveram suporte familiar durante o desenvolvimento das atividades, em meio às aulas online, apresentaram maior dificuldade no processo ensino aprendizagem após o retorno das aulas presenciais, pois, além de não conseguirem acompanhar a turma nos novos conteúdos desenvolvidos, também esqueceram o que já havia sido trabalhado (RELATÓRIO, 2021).

Outro ponto, apontado por 33,3% das escolas, foi a falta de comprometimento dos responsáveis em participar da vida escolar dos alunos. A busca em inserir a família no ambiente escolar não é uma pauta recente, no entanto se intensificou ainda mais no cenário da pandemia. Muitos dos pais não possuíam acesso à internet ou estavam com as informações desatualizadas no cadastro da escola, o que acentuou as dificuldades em manter contato com essas famílias (RELATÓRIO, 2021).

O fato de muitos desses responsáveis possuírem baixa escolaridade, somado ao esgotamento dos professores nesse período de tantas mudanças e o desfalcque no quadro de professores, relatado por 5,55% das escolas, também contribuíram para a defasagem escolar desses alunos.

Em relação às medidas de enfretamento aos desafios apresentados no decorrer dos relatórios, foram verificados que no que diz respeito à defasagem no ensino-aprendizagem, que fora identificada por meio de diagnósticos e apontadas por 88,88% das escolas analisadas, os esforços para contornar essa situação partiu de recuperação paralela e reforço escolar (fazendo uso de objetos concretos, jogos, imagens e ferramentas tecnológicas, tais como jogos online, letras e números), assim como aplicações de simulados mensais a fim de verificar as lacunas não preenchidas no processo de ensino aprendizagem.

No que se refere ao desfalcque do quadro de professores, pontuadas por 5,55% das escolas, ficaria a cargo da Secretaria Municipal de Educação solucionar tal problemática e até o momento da publicação dos relatórios (2021), nada havia sido feito para que o problema fosse sanado.

Por último, a respeito da falta de participação dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos, apontados por 33,33% dos relatórios (2021), o recurso utilizado pelas escolas foi a “Busca Ativa” realizada por meio de mensagens no WhatsApp, ligações telefônicas e até visita a domicílio quando necessário. Além do mais, as escolas realizaram reuniões com os pais na busca de conscientizá-los da importância da parceria entre escola e família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer considerações sobre este estudo, torna-se necessário retomar ao objetivo que focalizou analisar os impactos da pandemia covid-19 no processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental no Município de Ariquemes-RO, visando identificar os enfrentamentos na retomada no ensino presencial.

A partir dos resultados revelados, podemos inferir sobre certas fragilidades das medidas emergenciais de atendimento educacional que debilitaram o processo de ensino-aprendizagem, como as fragilidades nas condições de acesso; o desfalcque no quadro de professores e a falta de interação entre escola e pais/responsáveis.

Portanto, conclui-se que a pandemia trouxe grandes prejuízos no âmbito educacional e será necessário adotar medidas a curto, médio e longo prazo que visem encontrar caminhos possíveis para superar a constatada defasagem nos anos iniciais da Educação Básica, especialmente e regiões periféricas como a Amazônia brasileira. Desse cenário emerge, torna-se fulcral a institucionalização de ações políticas que adotem o enfrentamento a estes e outros desafios no campo educacional no sentido de melhorar as condições da qualidade do ensino-aprendizagem nas escolas públicas, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, ANA LÍDIA. Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público em 2021.Rev. Agência Senado .Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>>. Acesso em: 20/03/2022.

BRASIL. DECRETO N° 40.939, DE 02 DE JULHO DE 2020.Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em:
http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/07_Julho/DODF%20105%2002-07-2020%20EDICAO%20EXTRA/DODF%20105%2002-07-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf. Acesso em: 16/03/2022.

BRASIL. Resolução CME Nº 02, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal. Disponível em: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2020/04/1587763111_resolucao_cme_n_02_2020.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

BRASIL. Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-919-de-5-de-abril-de-2020-estado-de-calamidade-publica/>. Acesso em: 18/03/2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 01

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

CARVALHO FILHO, J. J.; BATISTA, P. M. F.; SOUZA NETO, S. O estágio supervisionado em educação física no Brasil: uma scoping review de teses e dissertações. **Movimento**, v. 27, p. 1/e27055-28, 2021.

CARVALHO FILHO, J. J. de; BRASILEIRO, T. S. A. **A formação do professor de educação:** reflexões a partir do estágio supervisionado. Curitiba: Appris, 2020.

COVAC, José Roberto. **Defasagem no aprendizado durante a pandemia, 2021.** Disponível em: <<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4876/educacao-superior>>. Acesso em: 20/03/2022. Rev. Ensino Superior, 16 de agosto de 2021.

NÓVOA, A. Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 198-208, jan./abr. 2019.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19.** Paris. Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissaofuturosdaeducacao-daunesco-apelaoplanejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 15/03/2022.